



Rede São Paulo de

Formação Docente

Cursos de Especialização para o quadro do Magistério da SEESP
Ensino Fundamental II e Ensino Médio

São Paulo

2011



UNESP – Universidade Estadual Paulista
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Rua Quirino de Andrade, 215
CEP 01049-010 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 5627-0561
www.unesp.br



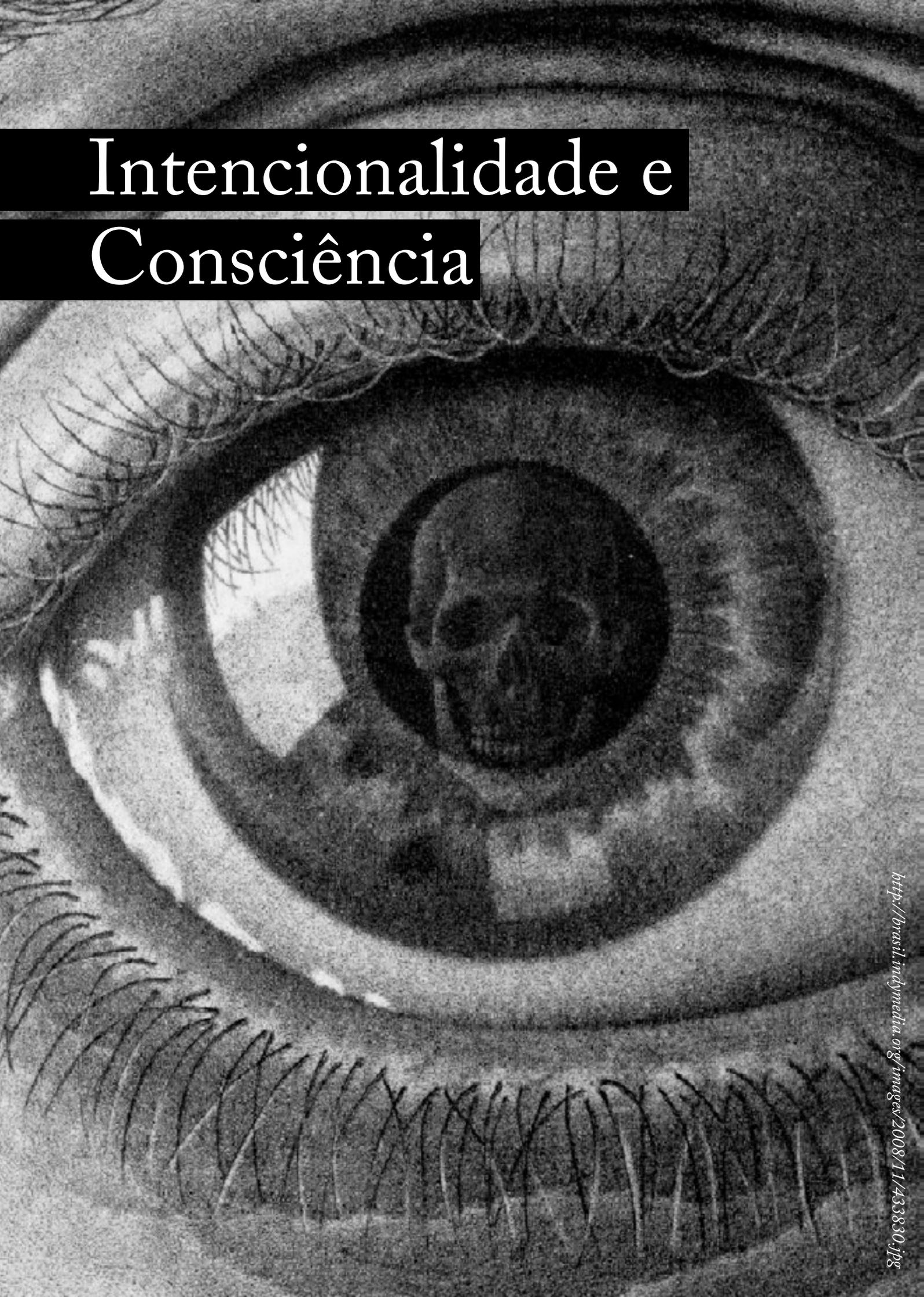
Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Estado da Educação
Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas
Gabinete da Coordenadora
Praça da República, 53
CEP 01045-903 – Centro – São Paulo – SP



**SECRETARIA
DA EDUCAÇÃO**



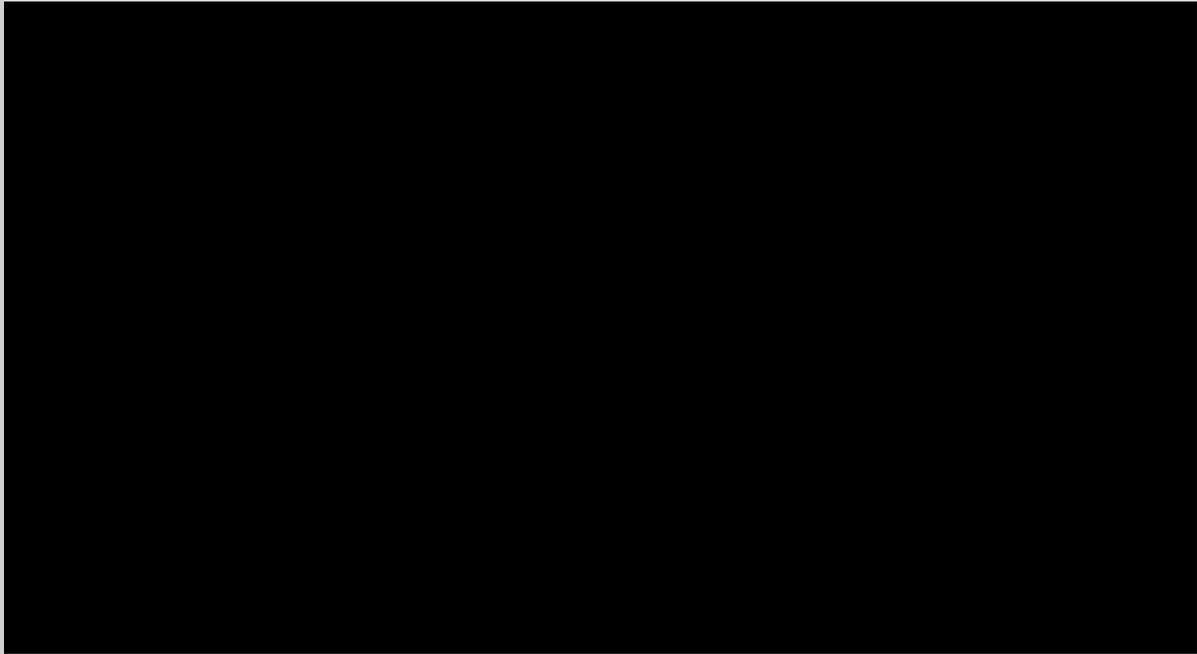
Intencionalidade e Consciência



Sumário

Vídeo da Semana	3
Tópico 4.1 Intencionalidade originária e intencionalidade derivada.....	3
Tópico 4.2 Consciência e subjetividade	7
Bibliografia	13

Vídeo da Semana



Intencionalidade e Consciência

No tema anterior indicamos algumas das principais tendências contemporâneas para a elaboração de modelos mecânicos da mente. Uma das dificuldades enfrentadas por essa agenda de pesquisa, a qual pressupõe que “compreender é fazer”, diz respeito à tentativa de explicitar nesses modelos duas características inegáveis da mente, a saber, a *Intencionalidade* e a *Consciência*. No presente Tema vamos analisar as concepções concernentes a estas duas características a partir de três problemas centrais: (i) O que é a Intencionalidade? (ii) Quais são os principais componentes dos estados, atos e eventos intencionais? (iii) A Intencionalidade é uma característica da consciência? Estes três problemas direcionarão nosso estudo neste tema.

Tópico 4.1 Intencionalidade originária e intencionalidade derivada

Há várias controvérsias na Filosofia da Mente em torno da possibilidade de haver uma intencionalidade originária ou intrínseca. Por intencionalidade originária se entende uma Intencionalidade (com “I” maiúscula) capaz de conferir intencionalidade (a capacidade de representar) a outras representações, mas que tira, por assim dizer, de seu próprio fundo a capacidade de representar. As representações mentais (crenças, desejos, intenções, lembranças, etc.) teriam essa capacidade de representar por si só, enquanto outras representações, em geral representações físicas e públicas, derivam a capacidade de representar dessa Intencionalidade intrínseca ou originária da mente.

Se, de um lado, alguns eventos mentais não parecem, *prima facie*, intencionais (como as dores e outras experiências sensoriais), por outro lado enfrentamos agora um problema diametralmente oposto: *coisas que não são mentais* exemplificam a propriedade de *serem acerca de algo* e, assim, são *intencionais*. Exemplos de tais coisas são: palavras e frases, gráficos, partituras, retratos, fotografias, desenhos, mapas, dentre muitos outros. Assim, o nome “Dilma Rousseff” refere-se à Dilma Rousseff, a palavra “cadeira” refere-se às cadeiras, a curva de um gráfico impresso no jornal pode representar o aumento da intenção de voto em um determinado candidato a governador; e uma fotografia em preto e branco de minha casa é acerca de minha casa. Como isso é possível? Como coisas físicas podem “*se lançar fora de si*” em direção a outros objetos?

A resposta mais óbvia é que a intencionalidade dessas representações físicas é *derivada* da intencionalidade *originária* ou *intrínseca* da mente que as concebeu ou construiu. A fotografia de minha casa é uma representação física e pública, mas o que existe realmente é um pedaço de papel e tinta distribuída em pontos pretos na superfície branca do papel. Minha casa não está realmente na fotografia em branco e preto, mas ela está representada nela para quem olha e tem recursos conceituais suficientes para identificar uma casa.

As representações físicas e públicas pressupõem capacidades representacionais de agentes cognitivos e seus estados, atos e eventos mentais. Dizer desses estados, atos e eventos mentais que eles são *intrinsecamente* intencionais pode ser uma maneira de evitar uma regressão infinita (a capacidade de representar de certas representações não pode depender *sempre* da capacidade de representar de outras representações). Um problema conhecido como “o problema de

Brentano”, deve ser mencionado aqui. Ele pode ser assim formulado: Como um sistema físico, um organismo, digamos um cérebro ou sistema nervoso completo, pode produzir e manter estados que são acerca de outras coisas? De onde vem a capacidade dos estados mentais de representar, de ser acerca de algo? Uma resposta possível seria que essa capacidade resulta, em última instância, da atividade eletroquímica do cérebro.

Os fisicalistas propõem uma explicação “de baixo para cima”, dos neurônios para os estados mentais intencionais. Porém, nada do que acontece no cérebro pode ser descrito como sendo acerca de algo. O cérebro é um produto da evolução e o que acontece nele são eventos e fatos brutos.

A idéia de que existe uma intencionalidade intrínseca foi fortemente criticada por Hilary Putnam (1981) que assemelha essa maneira de ver a uma versão da concepção mágica da linguagem. Nós vemos regularmente no cinema mágicos recitando fórmulas, usualmente em línguas mortas, e a pronuncia, o som produzido, tem poderes causais, desencadeia processos que desafiam as leis da física. As palavras que usamos são compostas de sons e marcas gráficas que têm propriedades intrínsecas. Posso escrever a palavra “Lua” num quadro com um pedaço de giz; a soma de todas as moléculas de giz tem, de fato, uma certa massa, e outras propriedades que os físicos e químicos poderiam descrever. No entanto, nenhuma dessas propriedades determina as condições normativas de aplicação do termo “Lua” (seu sentido) e o fato de essa palavra ter o satélite da Terra como referente.

A relação entre um nome (uma representação pública) e o que ele designa é contingente, convencional, *a posteriori*, e não depende em nada das propriedades intrínsecas de uma inscrição concreta sonora ou gráfica do nome em questão. Por que seria diferente com as representações mentais? Como Donald Davidson (2001) observa, a palavra “serpente” passou a ser usada para referir a serpentes porque ela foi usada em contextos onde serpentes estavam presentes. Portanto, o que confere um significado ou a capacidade de representar a uma representação física e pública são relações causais com elementos no ambiente e o fato dessas representações serem usadas regularmente e de forma padronizada por agentes cognitivos. A tese dos externalistas, como Putnam e Davidson, é que o mesmo vale para as representações mentais privadas e subjetivas.

Muitos de nossos pensamentos envolvem relações causais diretas ou indiretas com objetos ou substâncias no ambiente. Os filósofos chamam esses pensamentos de “pensamentos *de re*” (do latim, significando “da coisa”). Eles envolvem o próprio objeto e não uma representação dele. Posso querer um barco específico que eu vi recentemente na marina da minha cidade, ou posso querer um barco que ainda não existe, aquele que eu gostaria de construir um dia. No segundo caso, meu desejo tem um caráter geral: algo, um certo barco que ainda não existe, é qualquer *X* que poderia satisfazer meu desejo. No primeiro caso, a situação é totalmente diferente: o barco existe, eu o vi, é *esse* que eu quero, não qualquer um que satisfaz certas condições. O que temos aqui é a motivação para a distinção tradicional entre atitudes *de re* e atitudes *de dicto* (do latim, significando “da palavra” – ou frase ou conceito). Uma crença ou desejo *de dicto* é geral e tem conteúdo conceitual, enquanto uma crença ou desejo *de re* envolve o próprio objeto da crença ou do desejo. O desejo amoroso é do tipo *de re*: qualquer pessoa apaixonada ficaria muito decepcionada ao descobrir que, numa certa noite, está namorando não a pessoa amada, mas um clone ou uma sócia! A identidade do estado mental neste caso depende da identidade do objeto.

Vamos imaginar que estou visitando um museu com um amigo e diante da tela de uma grande mestre holandês, bem ao lado do amigo que está olhando a mesma tela, eu digo: “Impressionante!” Meu amigo sabe imediatamente qual é o objeto intencional, o foco da minha emoção. O conteúdo representacional do meu estado mental, nesta situação, envolve uma relação direta com o objeto, e não por meio de um conceito ou conteúdo representacional. É fácil imaginar uma situação em que alguém refere sem querer a algo; depois de um dia difícil, por exemplo, eu penso e digo: “Hoje foi um dia difícil”. Sem saber, formei essa crença e essa afirmação alguns segundos depois de meia noite, e passei, sem saber, a me referir ao dia seguinte. Alguns filósofos (SEARLE, 1983; CHISHOLM, 1981) acreditam que toda referência a um objeto sempre pressupõe um conteúdo representacional completo, isto é, um conteúdo proposicional, e que toda atitude é sempre *de dicto*. Outros, mais numerosos, seguem Burge (1977) e admitem atitudes *de re*. Por enquanto, essa discussão está ainda em aberto, com certa vantagem para os partidários das atitudes *de re* e da referência direta. As crenças e desejos *de re* representam uma forma mais primitiva de intencionalidade que nos coloca mais diretamente em interação com o mundo.

Em síntese, neste tema, tratamos da Intencionalidade segundo Brentano e Searle, para os quais ela é uma característica fundamental da mente. No primeiro tópico três questões guiaram nossa exposição: (i) O que é a Intencionalidade? (ii) Quais são os componentes essenciais dos atos e estados intencionais? (iii) É a Intencionalidade uma característica da consciência, ou se alguns estados inconscientes não seriam também intencionais? Em seguida, examinemos as formas de Intencionalidade originária e derivada e uma crítica importante a própria idéia de Intencionalidade intrínseca ou originária. Consideremos também uma forma de relação mais direta a um objeto, que envolve necessariamente conceitos. O debate sobre Intencionalidade na filosofia contemporânea evoluiu levantando essas questões que permanecem na ordem do dia nos estudos da Filosofia da Mente

Tópico 4.2 Consciência e subjetividade

(i) No que diz respeito ao primeiro problema, a partir das concepções de Brentano (1944) e Husserl (1969), a *Intencionalidade* pode ser definida de maneira simples por meio da característica de atos, eventos e estados mentais *conterem um objeto representado* (existente ou não), ou de *serem acerca de algo*, ou ainda de *serem orientados para um objeto (ou estado de coisas ou fato)*. Assim, por exemplo, numa lembrança de meu pai, ele é representado na minha mente; minha percepção de uma maçã é percepção *de* uma maçã; já no ato de imaginar uma sereia algo não existente é representado. Nestes exemplos, temos objetos representados, sejam eles existentes ou não. Além disso, esses objetos, às vezes, remetem a acontecimentos passados ou futuros, como é o caso da crença de que a seleção brasileira ganhou a Copa do Mundo de 2002 e minha intenção de visitar Londres, na qual várias atividades futuras a serem realizadas são representadas, como visitar o Museu Britânico, o Palácio de Buckingham, etc. Não seria um exagero dizer que sem essa característica fundamental de nossa mente, muitos filósofos, adeptos da concepção de Brentano (1944), Husserl (1969) ou de Searle (1983), consideram que não haveria um mundo para nós, não poderíamos assistir e participar do espetáculo do mundo.

No estudo da Intencionalidade, os trabalhos de Franz Brentano (1838-1917) constituem um ponto de referência central, ao introduzir a noção de *Intencionalidade* na filosofia contemporânea como característica distintiva do mental ou de todos os “fenômenos psíquicos”. Brentano falava da “inexistência intencional”. Trata-se simplesmente de admitir a possibilidade da existência de algo apenas enquanto representado *na* mente (na crença, no desejo, na

lembrança, na percepção, etc.), independentemente de sua efetiva materialidade. O prefixo “in” de “inexistência” é um prefixo de localização, não de negação; a palavra “inexistência” significa o mesmo que “existir em”, mais precisamente, existir em uma representação. Em uma fotografia de meu filho, por exemplo, na medida em que é apenas uma representação, ele inexistente intencionalmente (mas não realmente) na foto. Nenhum fenômeno físico exibe essa característica, própria dos estados, atos e eventos mentais (subjetivas) e de outras representações físicas (públicas), de ter em si um conteúdo que representa algo. A Intencionalidade é, para Brentano, o que delimita o domínio da Psicologia e da Filosofia da Mente. Ela é a marca do “mental” (BRENTANO, 1944).

A tese de Brentano é precisamente a tese de que todo fenômeno psíquico é intencional, tudo o que é mental tem essa característica. Seu discípulo mais famoso, Edmund Husserl (1859-1938), o fundador da Fenomenologia, fez da Intencionalidade uma característica fundamental da consciência: a consciência, segundo Husserl, é sempre consciência *de algo*, e cada ato de pensar (*cogito*) ou cada “vivência intencional” comporta em si seu objeto pensado (*cogitatum*), seu **objeto intencional** (HUSSERL, 1969).

Na tradição fenomenológica de Brentano/Husserl, a referência mental a um objeto na percepção, na memória, na imaginação ou em geral no pensamento depende exclusivamente da mente que parece “se lançar” fora de si para alcançar seu objeto. A intencionalidade é um “**dirigir-se a algo**”. Como é perfeitamente possível dirigir-se a algo que não existe, ela não é uma relação propriamente dita. Uma relação pressupõe a existência de todos os seus termos (*relata*); assim, se **a** causa **b**, **a** e **b** devem existir, e o mesmo vale de outras relações assimétricas do tipo **x** é mais alto que **y**, **x** é anterior a **y**, **x** fica entre **y** e **z**, etc., que são autênticas relações.

Em contraste, o ato de imaginar um cavalo alado ou um porco voador, ou ainda o evento mental de alucinar um poço d’água fresca no deserto não são relações, apesar da similitude formal (**x** imagina **y**, **x** alucina **y**, etc.). Muitos atos, estados ou eventos mentais (como miragens, delírios, alucinações, dentre outros) pressupõem só a existência do agente cognitivo, e muitas pessoas morreram procurando em vão o Eldorado, uma montanha de ouro, a Fonte de juventude, e outros lugares míticos, pois não é possível se relacionar realmente com algo que não existe. É por isso que Brentano chamava a Intencionalidade de “quase-relação”.

(ii) Husserl e o filósofo estadunidense John Searle distinguem os mesmos componentes na estrutura de um ato ou estado intencional. Usando a terminologia de Searle (1983) os componentes são três: o *modo psicológico*, o *conteúdo representacional* e o *objeto intencional*. O modo psicológico determina o tipo de ato, evento ou estado mental: se é do tipo crença, ou desejo, intenção, percepção, lembrança, receio, expectativa, juízo, decisão, etc. O *conteúdo representacional* do ato é o que distingue um estado intencional de quaisquer outros do mesmo tipo; é o sentido do ato que determina quais os objetos, propriedades, ou fatos são visados no ato. Em outras palavras, o conteúdo representacional determina qual é o objeto intencional e, portanto, qual é o foco do ato ou estado mental. Assim, a crença de que a porta está fechada e o desejo que a porta esteja fechada têm o mesmo conteúdo, mas são de tipos diferentes, enquanto a crença de que vai chover e a crença de que o Pico da Neblina é a montanha mais alta do Brasil pertencem ao mesmo tipo (são crenças), têm o mesmo modo psicológico, mas o conteúdo representacional não é o mesmo. Finalmente, o *objeto intencional* é o objeto determinado pelo conteúdo representacional do ato, o objeto representado. Isso nos dá um critério de identidade para atos e estados intencionais: se dois atos intencionais, a_1 e a_2 têm o mesmo modo psicológico, o mesmo conteúdo representacional e o mesmo objeto intencional, então $a_1 = a_2$.

Um objeto intencional é um tipo especial de objeto? Os objetos intencionais não têm uma natureza própria e distinta dos outros. Observamos que alguns objetos intencionais não existem: sereias, Pégaso, o Eldorado, muitos de nossos sonhos (desejos) nunca se realizam e pessoas podem passar a vida toda tentando realizá-los. Os objetos intencionais não formam uma classe ou conjunto no sentido da teoria dos conjuntos, pois uma mesma classe não pode abrigar elementos que existem ao lado de outros que não existem. Posso imaginar um unicórnio, conceber uma propriedade que nunca foi instanciada (como a propriedade de viajar mais rápido do que a luz), pensar em um estado de coisas abstrato (se o número 247 é ou não um número primo), posso também perceber uma laranja (ou qualquer objeto de tamanho médio), etc.

A única característica comum dos objetos intencionais é a característica *extrínseca* de ser objeto do pensamento, ou objeto dos atos, estados e eventos mentais. Meu computador tem, neste momento, a propriedade de *ser visto por mim*, mas essa propriedade extrínseca e relacional não serve para determinar a natureza do objeto, e não seria apropriada em qualquer classificação científica. Karl Von Linnée (1701-1778 – criador da classificação científica e “pai da taxonomia”) certamente nunca pensou em usar propriedades como, por exemplo, “*ser de uma*

espécie que já vi nas férias com a família”, ou *“ser uma espécie da qual me lembrei anteontem”*, para classificar as espécies do reino animal ou vegetal. Os objetos intencionais, portanto, *são simplesmente objetos de nossas atitudes, de nossos pensamentos, de nossos atos, eventos e estados mentais*. A Segunda Guerra mundial não é um objeto em nenhum sentido substancial, mas posso pensar sobre ela, pesquisar o assunto, etc. A noção de objeto aqui não tem nada de substancial, como a noção de objeto “material” ou de objeto “abstrato”. A idéia de objeto intencional é a idéia de objeto num sentido *esquemático*, comparável ao sentido de “objeto” quando falamos do “objeto direto de um verbo transitivo”.

O movimento fenomenológico e o movimento analítico são os dois principais movimentos filosóficos que nasceram no século XX. Mas, nesse último, a noção de Intencionalidade entrou em cena só no final da década de cinquenta, com o filósofo estadunidense Roderick M. Chisholm. Chisholm (1957) procurava na linguagem uma marca lógico-lingüística do “mental”, isto é, critérios para determinar se uma frase descreve ou atribui um estado mental. Infelizmente, este projeto de encontrar tal marca do “mental” fracassou: frases como “Pedro *vê* um cachorro”, “Ponce de León *acreditava* que a Fonte de Juventude se encontrava na Flórida”, “Édipo *queria* casar com a Rainha de Tebas”, e outras similares contendo verbos denotando atos, eventos ou estados mentais, ou não possuem uma característica comum, ou essa característica inclui frases que não têm nada de psicológico.

Na tradição analítica, a teoria da Intencionalidade se enriqueceu de novas questões, novos temas e debates, especialmente na Filosofia da Mente. Vamos agora examinar algumas dessas questões que surgiram nas últimas décadas, particularmente a questão de saber se a Intencionalidade é a característica mais fundamental da consciência, como pensavam Brentano e Husserl.

(iii) Todo ato, estado ou evento mental é intencional? A tese de Brentano é verdadeira? Alguns filósofos, como Searle (1983), acreditam que nem todo estado ou evento mental é intencional. Um mal-estar difuso, por exemplo, é uma experiência sensorial e como toda experiência sensorial consciente, ela não seria (ou não parece ser) *acerca de algo*. Meu mal-estar é mal-estar de quê? É acerca de quê? Se assim for, como experiências sensoriais são claramente “mentais”, a tese de Brentano seria falsa: pelo menos alguns fenômenos mentais não seriam intencionais. O que chamamos de “consciência fenomenal” reúne as sensações visuais, táteis,

auditivas, todos os aspectos qualitativos e subjetivos dos quais somos conscientes (ou dos quais *podemos* nos tornar conscientes, como a pressão difusa, não específica, que o peso de meu corpo exerce sobre meus pés, dentre outros). Tudo isso invalidaria a tese de Brentano, na medida em que não temos aí, pelo menos aparentemente, um objeto (existente ou “inexistente”).

Outros filósofos analíticos, como Michael Tye (1995) e Tim Crane (2001) acreditam que a dor e as experiências sensoriais em geral são intencionais, pois elas envolvem um tipo diferente de representação: **representações sensoriais**. Representações sensoriais representam estados físicos internos ou externos do corpo, mais precisamente, mudanças desses estados. Assim, por exemplo, a dor seria uma representação sensorial de danos ou desordens corporais que ocorreram recentemente no corpo. Segundo eles, as experiências sensoriais em geral *indicam algo* ou *apontam para algo*, por exemplo, para uma localização no corpo onde a dor é sentida (TYE, 1996).

Uma dor de cabeça é uma representação sensorial, e ela é bem diferente da representação sensorial que corresponde a uma dor no joelho ou àquela que corresponde a um prazer intenso. Esses conteúdos *não são conceituais*, mas são “conteúdos” mesmo assim. Nós distinguimos os diversos prazeres e as dores pelo conteúdo (não conceitual) da mesma maneira que distinguimos pelo conteúdo conceitual ou proposicional uma crença de outra, um desejo de outro, etc.

A experiência do membro fantasma (que ocorre quando pessoas continuam a sentir dor ou coceira em um membro que foi amputado) fortalece essa visão da intencionalidade das experiências sensoriais. Da mesma forma que podemos procurar coisas que não existem, podemos sentir dor num membro amputado já faz algum tempo.

A experiência visual, por sua vez, representa superfícies externas com certas qualidades, e nosso aparelho visual construiria mecanicamente (ver Tye, 1996) representações dessas qualidades (cores, contrastes de luminosidade, brilho, etc.), de acordo com as mudanças no ambiente imediato. A informação sobre o ambiente não é fornecida conceitualmente e sim diretamente através de um processo de co-variação causal. A variedade e a riqueza dessas informações é tal que nem os melhores poetas às vezes conseguem capturá-las. Se Tye e Crane estiverem certos, a tese de Brentano segundo a qual todos os atos, estados e eventos mentais são intencionais, e a tese de Husserl que faz da Intencionalidade uma característica fundamental da consciência, ainda continuam firmes e verdadeiras.

A partir do que foi explicitado aqui sobre a Intencionalidade, podemos agora discutir um outro aspecto de nosso terceiro problema: haveria estados *inconscientes* (crenças, desejos) que poderiam ser descritos como intencionais?

Às vezes, consideramos também como mentais certas *disposições*, como capacidades (reconhecer rostos), habilidades (falar uma língua, dirigir um carro, adicionar, dividir, multiplicar mentalmente, etc.), ou ainda ter senso de humor, ser honesto ou mentiroso, etc. Quando formamos uma intenção de fazer algo daqui a um ano (uma viagem à China, ou qualquer coisa que requer um planejamento de longo prazo), ou quando formamos uma crença sobre um princípio bastante óbvio ou uma verdade da aritmética, ou quando ficamos desejando uma coisa por muito tempo, o estado mental correspondente (intenção, crença, desejo) também permanece, durante um certo intervalo de tempo (ou para a vida toda, como a crença que $2 + 2 = 4$), a título de *disposição*. Não tem nada de errado em atribuir a uma pessoa que dorme a crença que $2 + 2 = 4$.

A psicanálise ensina que temos desejos inconscientes. Um desejo inconsciente seria certamente intencional, mas não é “consciente” (pelo menos não o tempo todo). Deveríamos, por causa disso, considerar a tese de Husserl (“Toda consciência é consciência de algo”) como falsa?

As disposições não são conscientes, apesar de poderem se tornar conscientes quando recebemos um estímulo apropriado e relevante num contexto – por exemplo, se alguém afirmasse que $2 + 2 = 5$, eu iria provavelmente formar de novo, quase como um reflexo, a crença que $2 + 2 = 4$ para corrigir o erro. Uma crença que se torna consciente desta forma é uma crença *ocorrente*; o resto do tempo, ela é uma *disposição*.

Disposições pressupõem uma base física para existir. A fragilidade do vidro e a solubilidade do açúcar existem na estrutura molecular do vidro e do açúcar. Da mesma forma nossas habilidades, capacidades, competências e aptidões existem nas estruturas de nosso cérebro. Quando deixo de pensar ativamente que $2 + 2 = 4$, o que acontece com essa crença? Ela deixa de ser consciente para permanecer como está no inconsciente, numa espécie de limbo a ser explicado entre a neurofisiologia e a psicologia? Ou o cérebro simplesmente toma conta dela como disposição “física” até o próximo estímulo relevante “acordá-la” para ser usada de acordo com nossos fins? Os filósofos da mente, hoje, tendem a rejeitar a primeira alternativa.

O sentido da palavra “consciência” que nos interessa aqui foi esclarecido pelo filósofo estadunidense Ned Block (1995). Quando estamos acordados e nossas mentes nos representam o mundo ambiente, somos conscientes no sentido da consciência-F (consciência fenomenal), diferente da consciência de acessibilidade (consciência-A). Já discutimos sobre a consciência-F e as experiências ou representações sensoriais e subjetivas. Um estado mental é *A-consciente* quando ele é acessível à consciência da pessoa ou quando ela pode fazer dele um uso cognitivo, isto é, usá-lo no controle racional da ação. Um tal estado *A-consciente* pode, a princípio, ser verbalizado e seu conteúdo pode entrar como premissa no raciocínio de um agente cognitivo. Todo nosso conhecimento proposicional (como saber que $2 + 2 = 4$) é desse tipo, é consciente nesse sentido.

Em resumo, a tese de Brentano de que a Intencionalidade é a marca do mental, e a tese de Husserl de que toda consciência é consciência de algo, não são realmente ameaçadas. A consciência fenomenal é também intencional, como vimos; e as crenças, desejos e outras atitudes podem ser concebidas como disposições ou hábitos que são *A-conscientes* e podem se tornar conscientes (como atitudes ocorrentes) em circunstâncias apropriadas.

Bibliografia

- BENOIST, Jocelyn. **Sens et sensibilité: l'intentionnalité en contexte**. Paris: Les Editions du Cerf, 2009.
- BLOCK, Ned; et al. (Org.). **The nature of consciousness**. Cambridge, USA: MIT, 1995.
- BRENTANO, Franz. *Psychologie d'un point de vue empirique*. Paris: Aubier-Montaigne, 1944.
- BURGE, Tyler. “Belief de re”. **Journal of Philosophy**, Columbia, USA, v. 74, n. 6, jun. 1977, p. 338-362.
- CHISHOLM, Roderick M. **Perceiving: a philosophical study**. Ithaca, USA: Cornell University, 1957.
- _____. **The first person: an essay on reference and intentionality**. Minneapolis: University of Minnesota, 1981.

- CRANE, Tim. **Elements of mind**. Oxford: Oxford University, 2001.
- DAVIDSON, Donald. **Subjective, intersubjective, objective**. Oxford: Oxford University, 2001.
- DRETSKE, Fred. **Naturalizing the mind**. Cambridge, USA: MIT, 1995.
- HUSSERL, Edmund. **Méditations cartésiennes**. Paris: Librairie Philosophique Vrin, 1969.
- JACOB, Pierre. **L'intentionnalité: problèmes de philosophie de l'esprit**. Paris: Odile Jacob, 2004.
- _____. **What minds can do: intentionality in a non-intentional world**. Cambridge, USA: Cambridge University, 1997.
- MONTAGUE, Michelle. Recent work on intentionality. **Analysis**, v. 70, n. 4, out. 2010, p. 765-782.
- PUTNAM, Hilary. **Reason, truth and history**. Cambridge, USA: Cambridge University, 1981.
- SEARLE, John. **Intentionality: an essay in the philosophy of mind**. Cambridge, USA: Cambridge University, 1983.
- TYE, Michael. **Ten problems of consciousness**. Cambridge, USA: MIT, 1996.

Ficha da Disciplina:

A Filosofia da Mente



Maria Eunice Quilici Gonzalez



Mariana Claudia Broens



André Leclerc



Apresentação dos professores-autores:

O conteúdo da disciplina Filosofia da Mente foi elaborado conjuntamente por duas professoras do Departamento de Filosofia da UNESP de Marília: Maria Eunice Quilici Gonzalez¹ e Mariana Claudia Broens² e pelo professor André Leclerc³ do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Ceará.

Estrutura da Disciplina

Disciplina Filosofia da Mente	Tema 1: Introdução à Filosofia da Mente	1.1 Caracterização da Filosofia da Mente
		1.2 Diferentes abordagens no estudo da mente
	Tema 2: Problemas centrais da Filosofia da Mente	2.1 O problema mente/corpo
		2.2 O problema das outras mentes
		2.3 O problema da identidade pessoal
	Tema 3: Modelos mecânicos da mente	3.1 A máquina de Turing e a máxima “Pensar é computar”
		3.2 Inteligência Artificial
		3.3 Redes Neurais Artificiais
	Tema 4: Intencionalidade e Consciência	4.1 Intencionalidade originária e Intencionalidade derivada
		4.2 Consciência e Subjetividade

1 **Maria Eunice Quilici Gonzalez** é PhD em Cognitive Science, Language And Linguistics pela Universidade de Essex, Inglaterra e professora Livre Docente da UNESP. Tem experiência de pesquisa e de docência em Teoria do Conhecimento, Filosofia Ecológica, História da Filosofia Contemporânea, Ciência Cognitiva e Filosofia da Mente, atuando principalmente nos seguintes temas: informação ecológica, percepção-ação, auto-organização, pragmatismo e Ética da Informação.

2 **Mariana Claudia Broens** é doutora em Filosofia pela Universidade de São Paulo e professora Livre Docente da UNESP. Tem experiência de pesquisa e de docência em Teoria do Conhecimento, História da Filosofia Moderna, História da Filosofia Contemporânea e em Filosofia da Mente, trabalhando os seguintes temas: a abordagem mecanicista da mente, Naturalismo, Auto-Organização e Pragmatismo.

3 **André leclerc** concluiu o doutorado em filosofia na Universidade de Quebec em 1990. Atualmente é Professor Associado da Universidade Federal do Ceará. Atua na área de Filosofia, com ênfase em Filosofia da Linguagem e Filosofia da Mente, trabalhando os seguintes temas: filosofia analítica, conteúdo mental, epistemologia, externalismo, contextualismo, intencionalidade, anti-individualismo, semântica e naturalismo biológico.

Ementa:

A disciplina **Filosofia da Mente** tem por objetivo investigar os principais problemas relacionados à natureza da mente - dos eventos, estados, processos e das funções mentais - bem como sua relação com o corpo e o meio ambiente. Diferentes tentativas de elucidação desses problemas são encontradas nas diversas vertentes da Filosofia da Mente, entre as quais se destacam a abordagem analítica (anglo-saxã) e a continental, além daquelas que possuem influência da filosofia oriental. Dados os limites do presente curso, apresentaremos apenas a abordagem analítica tradicional da Filosofia da Mente. Com esse objetivo, serão tratados os seguintes temas:

Tema 1 - Introdução à Filosofia da Mente: 1.1 Caracterização da Filosofia da Mente; 1.2 Diferentes abordagens no estudo da mente.

Tema 2 - Problemas centrais da Filosofia da Mente: 2.1 O problema mente/corpo, 2.2 O problema das outras mentes, 2.3 O problema da identidade pessoal.

Tema 3 - Modelos mecânicos da mente: 3.1 A máquina de Turing e a máxima “Pensar é computar”, 3.2 Inteligência Artificial, 3.3 Redes Neurais Artificiais, 3.4 Cognição situada e incorporada.

Tema 4 - Intencionalidade e Consciência: 4.1 Intencionalidade originária e Intencionalidade derivada; 4.2 Consciência e subjetividade.

Através da análise dos temas 1 a 4, buscamos familiarizar os pós-graduandos com um campo instigante de investigação filosófica recente em nosso país. Várias das hipóteses aqui apresentadas são bastante controversas e muitas vezes elas se chocam com concepções do senso comum e da tradição filosófica clássica sobre a natureza da mente. Sugerimos que esta disciplina seja estudada com uma atitude que combine a análise rigorosa e a visão crítica das hipóteses aqui apresentadas.

Pró-Reitora de Pós-graduação

Marilza Vieira Cunha Rudge

Equipe Coordenadora

Ana Maria Martins da Costa Santos

Coordenadora Pedagógica

Cláudio José de França e Silva

Rogério Luiz Buccelli

Coordenadores dos Cursos

Arte: Rejane Galvão Coutinho (IA/Unesp)

Filosofia: Lúcio Lourenço Prado (FFC/Marília)

Geografia: Raul Borges Guimarães (FCT/Presidente Prudente)

Antônio Cezar Leal (FCT/Presidente Prudente) - *sub-coordenador*

Inglês: Mariangela Braga Norte (FFC/Marília)

Química: Olga Maria Mascarenhas de Faria Oliveira (IQ Araraquara)

Equipe Técnica - Sistema de Controle Acadêmico

Ari Araldo Xavier de Camargo

Valentim Aparecido Paris

Rosemar Rosa de Carvalho Brena

Secretaria/Administração

Márcio Antônio Teixeira de Carvalho

NEaD – Núcleo de Educação a Distância

(equipe Redefor)

Klaus Schlünzen Junior

Coordenador Geral

Tecnologia e Infraestrutura

Pierre Archag Iskenderian

Coordenador de Grupo

André Luís Rodrigues Ferreira

Guilherme de Andrade Lemeszenski

Marcos Roberto Greiner

Pedro Cássio Bissetti

Rodolfo Mac Kay Martinez Parente

Produção, veiculação e Gestão de material

Elisandra André Maranhe

João Castro Barbosa de Souza

Lia Tiemi Hiratomi

Liliam Lungarezi de Oliveira

Marcos Leonel de Souza

Pamela Gouveia

Rafael Canoletti

Valter Rodrigues da Silva